

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**CONSELHO SUPERIOR**

**Reunião ordinária de 30 e 31 de março de 2026.**

**Ata 01/2026**

Em 30 e 31 de março de 2026, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense reuniu-se ordinariamente, sob a presidência do Professor Carlos Jesus Anghinoni Correa. Presentes os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas Ana Maria Geller, Ana Paula Nogueira Silva, André Fernando Pegorer, Celso Henrique Garcia Vieira, Cíntia Goulart Teixeira Gomes, Cleverson Jearin Rodrigues Vargas, Cristina Zanella Rodrigues, Daniel Pezzi da Cunha, Danielle Lisboa da Silva, Denise Machado Pinto, Diego Afonso da Silva Lima, Diego de Abreu Porcellis, Diego Zurawiski Saldanha, Eleno Gustavo Beduhn Konsgen, Eliane Alves, Emily da Costa Pinto Fujii, Ericka Vargas, Enri Medeiros Freitas, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Fábio Roberto Moraes Lemes, Fabíola Mattos Pereira, Felix Afonso de Afonso, Fernanda Cristina Camillo, Fernando Abrahão Afonso, Geovane Griesang, Gláucia Salvador Pereira Prestes, Grazielle Fagundes Rosales, Henrique Ziglia Maia, Isis Born Machado, Itamar Luis Hammes, Ivan Fabrício Braum Einhardt, Jan Motta de Mello, Jair Jonko Araújo, Jéssica Etcheverria do Prado Hartwig, José Vitor Muller da Silva, Juliana Schauer Echer, Júlio Cesar Fortes, Lia Joan Nelson Pachalski, Lisandre de Oliveira, Lorena Menezes, Lucas Vanini, Luciana Neves Loponte, Luis Fernando Locatelli dos Santos, Marcelo Peske Hartwig, Marcio Spenst, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Maristani Gampert Spannenberg, Marcus Neves, Marilvana Giacomelli Tavares, Matheus Gularte Tavares, Mauricio Mendes de Brisolla, Mauro André Barbosa Cunha, Mauro Bacci Giusti, Michele Roos Marchesan, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Moisés Beck, Mônica Nunes Neves, Naira Kaieski, Nicolas Berit, Osni da Costa Rodrigues, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Rafael Krolow Santos Silva, Ramiro Godinho, Richard Martins, Rodrigo Dias, Tamara Francisca Baggio, Tassia Gonçalves Aires, Vagner Euzébio Bastos, Valter Lenine Fernandes, Vanessa Fontoura, Vinicius Tavares Guimarães, William Kelbert Nitschke. Justificaram ausências os conselheiros Fábio Dias, Pedro Vieira e a conselheira Sarah Capua. Intérpretes Francine Abud, Lilia Gomes e Mônica Mendes. Dando início à reunião, o presidente empossou os representantes dos câmpus Charqueadas, Passo Fundo e Venâncio Aires. A seguir foi levada à apreciação a proposta de **ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL DO IFSUL**, com a inclusão do Câmpus São Leopoldo no seu art. 3º. Não havendo destaques, foi votada e aprovada por unanimidade (cinquenta e um votos). Em continuidade, a servidora Ana Paula Nogueira e Silva apresentou a **AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2025**. Explicou que a enchente impactou a execução de muitas ações, apresentou justificativa para as não realizadas, pontuou que houve a reprogramação das prioridades e verificação dos pontos de fragilidade. O documento foi acertado com a correção da ação do Câmpus Venâncio Aires. Sem manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A seguir, a servidora abordou o **RELATÓRIO DE GESTÃO 2025**. Explicou a metodologia e também a correção com as mesmas ações do Câmpus Venâncio Aires. Disse ser um relatório integrado, com foco na sociedade. Destacou que o TCU não obriga a abertura de processos de prestação de contas. O Relatório de Gestão foi aprovado por unanimidade. Conselheiro Marcelo Hartwig apresentou a proposta **DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO SUPERIOR DO IFSUL**, a partir de tratativas feitas na reunião

anterior. Assim, apresentou a proposta de incluir no Título I, Capítulo II, o art. 3º e suas alíneas, criando cinco comissões para análise de documentação: ensino, pesquisa, extensão e inovação, legislação e normas e geral institucional. A proposta foi aprovada por unanimidade (cinquenta e um votos) e ficou definido que, na próxima reunião serão escolhidos os componentes de cada uma. O próximo assunto levado à apreciação foi a **ATA Nº 11/2025**, aprovada, com uma abstenção. Foram apresentadas as **PORTARIAS AD REFERENDUM** nºs **349** (cria coordenadorias de cursos na estrutura organizacional do IFSul), **350** (altera estrutura organizacional dos câmpus Jaguarão e Novo Hamburgo), **351** (altera estrutura organizacional do Câmpus Jaguarão), **352** (altera estrutura organizacional do Câmpus Santana do Livramento), **353** (altera estrutura organizacional do Câmpus Gravataí), **354** (altera estrutura organizacional do Câmpus Lajeado), **355** (altera estrutura organizacional do Câmpus Sapiranga), **356** (altera estrutura organizacional do Câmpus Pelotas), **357** (altera estrutura organizacional da Reitoria), **358** (altera estrutura organizacional da Reitoria), **359** (altera estrutura do Câmpus Lajeado), **363** (altera data de reunião), **364** (regulamento CIS) e **365** (POV CaVG). As portarias ad referendum foram homologadas por unanimidade. A seguir, foram informadas a **DISPENSA DO AUDITOR HENRIQUE ZIGLIA MAIA**, a indicação da auditora substituta **GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES**, bem como a aprovação do nome da mesma servidora para ser encaminhado à CGU, para análise documental e designação definitiva como Auditora Geral da UAIG. A dispensa e as indicações foram aprovadas por unanimidade. Entrou em discussão **A RESERVA DE COTAS PARA TRANS NOS PROCESSOS SELETTIVOS DO IFSUL**. O estudante Manuel Dias Santos apresentou o tema em slides, falou sobre a realidade das pessoas trans no Brasil, que atualmente sofrem muita violência. Referente à educação, citou que hoje, no Brasil, são pelo menos 38 universidades federais e estaduais que oferecem cotas trans a partir da graduação: 13 na região Nordeste, 13 na região Sudeste, 5 na região Norte, 5 na região Sul e 3 na região Centro-Oeste. UFRGS tem sistema de cotas a partir da pós-graduação. Explicou que, no ensino superior, a aplicação das cotas funciona por meio de ações afirmativas próprias instituídas via Conselho Universitário, destinada a vagas suplementares ou reservadas a transexuais não binários. Essa política foca na igualdade material, geralmente validada pela autodeclaração, visando aumentar a escolaridade e reduzir a marginalização dessa população no ensino superior. Disse acreditar que, dentro do IF, seria interessante ter essa ação em nível técnico, porque a desigualdade educacional de pessoas trans dentro das universidades é enorme. 72% da população trans não conclui o ensino médio e apenas 0,02% dessa população chega às universidades. As causas são exclusão social, abandono escolar, violência, estigmatização e barreiras institucionais, que causam o abandono de muitas pessoas trans por sofrerem violência, serem ameaçados de morte ou sofrerem algum tipo de abuso pelos professores. Conselheira Luciana Loponte pontuou estar trabalhando junto com a comissão de implantação do Mestrado Profissional em Docência EPT, que acontecerá a partir do próximo ano no câmpus. Como o IFSul ainda não tem cotas, a instituição vai aderir ao IFRN. Assim, todas as cinco instituições envolvidas nesse novo mestrado vão oferecer cota trans. No PROFPT, onde já são consideradas outras cotas, podemos implantar. Conselheiro Fábio Lemes informou que o Câmpus Sapucaia do Sul já ofereceu cotas para trans em projetos FIC, especialmente em cursos de economia solidária. Destacou a importância de discussão aprofundada para pensar no conjunto das cotas institucionais. Conselheiro Rodrigo Dias destacou a importância de pensar nas questões do dia a dia e criar espaços mais democráticos para os estudantes e de criarmos uma alternativa importante para que essas pessoas adquiram formação e possam ter dignidade. Conselheira Enri Freitas ratificou que educação é a única forma de oportunizar a mobilidade social para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade, para as pessoas que se encontram sempre à margem da sociedade. Diretor Jair Jonko pontuou que, mais do que a questão das cotas, nós precisamos tornar os espaços dos nossos câmpus acolhedores; essa é uma questão tão ou mais importante neste momento do

que as próprias cotas. É muito simples colocar uma cota no processo seletivo e depois continuar com processos excludentes nos nossos ambientes educacionais. Ao acolher essa pauta, o Conselho indica que o IFSul deve se tornar um espaço acolhedor para as diferenças e para as diversidades; precisamos entender que essa pauta precisa estar no cotidiano da escola, todo semestre, semana após semana, que essa pauta mobilize os professores, que tenhamos ações pedagógicas, para não ficarmos na questão da punição, da suspensão. Tem um GT no âmbito da Câmara de Ensino discutindo os Processos Seletivos, então, se acatada a pauta, vai entrar na discussão do processo seletivo como um todo. O estudante manifestou que o IFSul foi a escola em se sentiu mais confortável, presente, conseguiu ter a palavra, que não foi marginalizado ou excluído. Sugeriu verificar como funciona o encaminhamento para os menores de idade. Conselheiro Marcos Betemps pontuou que a demanda, sendo referendada pelo Conselho, se torna uma demanda para o GT que precisará analisar todas as questões legais. Importante que o aluno que apresentou a pauta faça parte do GT, para que se possa ter a visão deles, das suas dificuldades (os pais que daqui a pouco não aceitam, têm dificuldade de autorização, essas questões legais). Levada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quatro votos contrários e uma abstenção. A demanda será encaminhada à Proen e o presidente se comprometeu a levá-la para o próximo Conif. A seguir, foi apresentada a proposta de antecipação da **REUNIÃO DESTE CONSELHO PARA OS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO**, em virtude de a data marcada anteriormente coincidir com reunião do Conif; proposta foi aprovada por unanimidade. Pró-reitor Marcelo Bender tratou do **EDITAL PROPESP 2025**. Destacou que a Propesp trabalha de forma indissociável com as dimensões da pesquisa, inovação e produção intelectual, porque uma fortalece a outra. Disse haver quatro revistas e uma editora. Em relação ao questionamento sobre o não pagamento dos recursos de investimento e custeio do edital 525, lembrou que vinha sendo executado pela gestão anterior. Destacou que é difícil conseguir um programa stricto sensu e, quando se consegue, precisa ser bem tratado por valorizar a instituição e seu quadro institucional. No caso do PPGECA, já passou por três avaliações, sendo a última nota quatro. O edital 525 distribuía bolsas. Parte das bolsas são oriundas de projeto da Fapergs, que abre em março/abril. Parte desse edital contemplava investimentos de recursos próprios, bem como algumas bolsas também o são. Disse não haver pagamento em atraso, pois o edital está vigendo e será pago até o último dia, embora entenda que isso atrase as pesquisas. Explicou que o valor discricionário vem reduzindo anualmente. Garantido o pagamento de bolsas para estudantes. Não foram abertas novas bolsas para mestrado, doutorado e não foi aberto outro edital. Pontuou que nossas instituições não foram construídas para a pesquisa, mas não podemos pensar assim. Salientou que submeter editais sem ter lastro financeiro constitui ilegalidade, segundo a procuradoria. Precisamos um edital de fluxo contínuo de publicações, de apoio a eventos, de participação em eventos. Nós precisamos de recursos para a curricularização da pesquisa, aprovada neste Conselho. Existe por lei a obrigatoriedade da curricularização da extensão e da pesquisa também. Mas o recurso para isso não acontece de graça. Precisamos fomentar os grupos de pesquisa, dar bolsa para grupo de pesquisa, ajudá-los a produzir, a se juntarem com outros câmpus, fazendo ações em Rede. Precisamos apoiar as seis incubadoras, e por que não ter uma em cada câmpus? O INPI, que é a nossa maior ação de inovação, nós temos registro de patentes, de softwares, de marcas. Ano passado, fomos o segundo maior instituto que registrou softwares no Brasil. Bolsas para o segundo semestre, hoje, seriam apenas da Fapergs, exclusivas o para ensino superior e não atenderiam a grande maioria dos nossos estudantes dos campos pequenos, que são de ensino médio, terminando com a iniciação científica. Conseguimos duas bolsas de doutorado sanduíche. Participamos da carta convite do FINEP, apoio à manutenção preventiva, ganhamos R\$1.200.000 e aprovamos o APCN do Prof Docência, que vai começar em Passo Fundo, onde 30% dos estudantes têm bolsa. Vamos participar dos cinco editais de infraestrutura que temos até o final da nossa gestão. Intenção de

criarmos centros de pesquisa em quatro unidades. Os três programas, PROFedu, PPGECA, PGTE estão com seus professores já trabalhando. Mencionou a JIC e a Mostra 2025, com significativa participação. Presidente informou que os Jogos 2026 foram confirmados; preocupado com o passivo e buscando articulações. Pró-reitor Marcelo Bender abordou a **ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO E DO PROJETO PEDAGÓGICO DO PPGECA**. Não havendo considerações, as atualizações foram aprovadas por unanimidade. Foram apresentadas as propostas de **ALTERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DIDÁTICAS DOS CÂMPUS CHARQUEADAS E VENÂNCIO AIRES**. Diretor Jair Araújo justificou que os anexos estão de acordo com a organização didática vigente. Conselheiro Eleno Kongsen destacou que sanções e direitos dos alunos devem ser institucionalizados. O tratamento aos alunos deve ser o mesmo em todos os câmpus, garantindo uma unidade. As alterações das OD dos dois câmpus foram aprovadas por unanimidade. A seguir, foram apresentados os **CALENDRÁRIOS DOS CURSOS EAD**. Diretor Jair Araújo explicou que os cursos EAD têm um calendário próprio, diferente dos cursos presenciais e estão sendo trazidos para análise com antecedência. Reportou-se à prática do Câmpus Sapucaia do Sul, de oferecer disciplinas concentradas, que chamam de calendário de verão, e também está sendo apresentado. Os calendários foram aprovados por unanimidade. Entraram em pauta as discussões referentes ao **RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS DOS TAES – RSC (Questionamento sobre implantação – Comissão de avaliação RSC e Portaria Comissão RSC)**. Conselheiro José Vitor Silva e conselheira Denise Pinto questionaram o planejamento da gestão para organização e o encaminhamento desses processos no âmbito do IFSul. Destacou que diversas instituições federais de ensino já se encontram em estágio avançado de organização interna para viabilizar a análise dos pedidos, a partir da data prevista, em abril, e perguntou quando será constituída a CIS do IFSUL, com representação de todos os câmpus. Pró-reitor Ramão Correa explicou que a CIS estava inativa desde 2012, houve trabalho de revisão e atualização de documentos; regulamento foi aprovado via **ad referendum**, homologada nesta data, e está na etapa de eleição de membros. Sobre o assentamento funcional digital, existe um grande passivo, pois até 2016/2017 não eram digitalizados; há cinco pessoas trabalhando na digitalização e os documentos serão disponibilizados aos servidores em forma a definir. Essa informação foi dada aos servidores em informe de 6 de março. Sobre a comissão, entende que o CONSUP é o órgão representativo da instituição mais democrático para indicar os nomes para comporem a comissão que vai avaliar os documentos. Estamos na dependência da regulamentação do artigo do PL que vai alterar a Lei 1191; a forma como essa comissão vai ser instituída também carece de regulamentação. Mesmo assim, temos uma proposta de comissão (cinco TAEs indicados pelo Conselho, 3 representantes da Progep, 1 da CIS e 1 do sindicato – com o mesmo número 5 de suplentes). A CIS atuará como órgão recursal. Conselheiro Osni Rodrigues salientou a importância de diferenciar CIS e RSC e é fundamental designar a comissão eleitoral para compor a CIS. Após amplas discussões foram levadas à votação as propostas de criação de comissão eleitoral para constituição da CIS e de criação de GT para estudos sobre o RSC. Da comissão eleitoral para a CIS devem participar dois representantes do sindicato e outros dois servidores. Pelo sindicato, foram indicados Jairo Campelo e Cláudia Pinto e pelo Conselho disponibilizaram-se Mauro Giusti e Danielle Lisboa. A criação para a constituição do GT para estudos do RSC foi aprovada por maioria, com dois votos contrários e uma abstenção, composto por três TAEs, três representantes da gestão e um representante sindical. Disponibilizaram-se para compor o GT os/as TAEs Fernanda Camillo, Mauro Giusti e Cintia Gomes; pela gestão, Marilvana Tavares, Raul Teixeira de Mello Filho e Rui Silva da Cruz; representante sindical, Jairo Campelo. A pauta abordada a seguir foi o **EDITAL DE AFASTAMENTO TAE**. Conselheira Michele Marchesan questionou a exiguidade do prazo para fazer a inscrição após o final do edital (dois dias), salientou que há vagas, mas não há prazo hábil para concluir a documentação e fazer a inscrição; também mencionou que os três editais anuais não estão acontecendo. Pró-reitor

Ramão Correa disse ser possível adequar o prazo de inscrição. Quanto ao edital, explicou ser necessário alterar também o regulamento e que a Progep está trabalhando na sua revisão, que deverá vir ao Consup, provavelmente no segundo semestre, a partir de quando será implantado o edital em três etapas. Respondendo sobre a **SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE REMOÇÃO**, apresentada pela conselheira Michele Marchesan, o pró-reitor Ramão Correa confirmou que a IN 20, de 2025, é o instrumento vigente para as remoções e é feita conferência dos pré-requisitos. Sobre a situação apresentada, de colega ter sido removido/a sem o cumprimento do interstício de 36 meses, o Pró-reitor concordou em ter havido um erro, que não foi comunicado à Progep. Será necessário rever o processo, pois a administração pública tem o poder de rever seus atos. Informou que o site institucional já foi atualizado, constando apenas o que disponibiliza as indicações corretas. Sobre a remoção de servidores que estão com processos em trâmite no Conselho de Ética ou em outras instâncias disciplinares, explicou que o fato de um servidor responder a uma sindicância ou à comissão de ética, não significa que ele será responsabilizado, ele está sob investigação e não podemos julgar ninguém antes da conclusão de um processo. Além disso, o fato de ser removido não isenta o servidor de responder. A redistribuição, nesses casos, não pode ocorrer. Respondendo ao conselheiro Valter Fernandes, em relação ao servidor removido sem ter cumprido o interstício, não tem como responder agora. Fará reunião com a equipe para definir o procedimento a ser adotado, se retorna para o câmpus de origem, ficando o câmpus com duas vagas. Também buscarão o gargalo do equívoco para fazer a correção. Foi abordada a **REGULAMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA LICENÇA CAPACITAÇÃO TAES**. Pró-reitor Ramão Correa disse não entender o que o conselheiro propõe regulamentar, uma vez que a regulamentação já existe: a cada quinquênio o servidor adquire o direito de se afastar três meses para licença capacitação, não acumuláveis. Está regulamentado em vários instrumentos e na Lei 1812, que diz que o afastamento ocorre no interesse da administração. Temos também dois decretos e uma instrução normativa que regem o afastamento para capacitação TAE. Conselheiro Fernando Locatelli pediu informações sobre o cálculo de horas para os cursos, por não ter encontrado em nenhuma legislação. Pró-reitor Ramão Correa solicitará que a Codepe divulgue informe, explicitando como são calculadas as horas necessárias para os cursos, nos afastamentos de 30, 60 e 90 dias. Entrou em pauta o **ADICIONAL NOTURNO SEM REGISTRO DE PONTO**. Conselheira Luciana Loponte fez a leitura do ofício encaminhado pelo Sindicato ao Reitor, solicitando que a gestão retire a cobrança do ponto de docentes para recebimento do adicional noturno, bem como o dos/das professores/as substitutos/as, como forma de garantir a equidade de tratamento. Pró-reitor Ramão Correa considera ser uma questão polêmica. Destacou que o adicional noturno não era pago na instituição para quem não registrasse ponto; quando esta gestão assumiu a reitoria do IFSul, a prioridade foi garantir o pagamento do adicional noturno aos docentes que não estavam acessando tal direito. Então, o compromisso primeiro foi de garantir o pagamento do adicional noturno aos colegas docentes. O segundo ponto é que para garantir esse direito, com relação ao cálculo de quanto é devido ao servidor, é preciso acessar o SUAP, por meio do registro. Isso impacta sobretudo aqueles colegas que trabalham além das 23 horas. O adicional noturno é pago sobre o efetivo exercício das atividades, não sobre uma previsão da atividade que será desenvolvida. Essa atividade pode ir além do que consta no diário de classe. O meio para garantir esse direito é o SUAP, que gera relatórios, para que se possa ter o cálculo exato e efetivar o pagamento na folha. Sem o SUAP, seria necessário um servidor para analisar individualmente cada caderno, PIT, RIT, cada planejamento individual dos professores. Também o SUAP faz o registro de situações em que a pessoa, eventualmente, não trabalhe em determinado dia. Reafirmou o compromisso de garantir o direito de que as pessoas que trabalhem a partir das 22 horas recebam o adicional noturno. Pontuou que é facultado às pessoas não registrar o horário se entenderem ser algo

que prejudique a sua forma de trabalhar e não queiram receber o adicional noturno. Não é a cobrança do ponto em si, é para cálculo sobre o quanto é devido àquele trabalhador. E a ferramenta institucional, o meio para operacionalizar isso é o SUAP, os registros e relatórios que existem ali. Conselheira Cristina Rodrigues discordou, dizendo que, se para receber você tem que bater o ponto, é cobrança de ponto. Reiterou o pedido do Sindicato e salientou que a instituição deve manter o acordo de greve, caso contrário voltamos a ser chão de fábrica. Pró-reitor Ramão Correa ratificou que precisamos resolver essa situação de forma emergencial. A gestão anterior tentou criar uma alternativa que era o preenchimento de planilhas, no final de 2024, e até hoje não foi efetuado o pagamento porque não tinham como dar o devido encaminhamento das demandas. Partimos para esse método emergencial, propiciando que os colegas recebessem; tivemos reunião com a DTI, para que nos ajudasse, criando uma forma alternativa, ligada ao SUAP, sem que se conseguisse descaracterizar essa conquista, que foi uma batalha conduzida pelo Sinasefe. Destacou que o ponto não define qualidade, nem quantitativa nem qualitativa, do servidor, mas foi a forma paliativa encontrada que possibilitasse o pagamento do adicional noturno. A outra questão é a do efetivo deslocamento, também sendo discutida com a DTI, para que seja criado um processo que identifique a presença do servidor na unidade, sem remeter à questão do ponto. Conselheiro Diego Saldanha relatou haver instituições, como a UFSM, que também tinham um passivo e conseguiram pagar a partir do plano de trabalho, a partir do horário das aulas e que continuam pagando o adicional noturno desta maneira. Pró-reitor Ramão Correa mencionou que docentes da UFSM pertencem à carreira do magistério superior, que está liberada do ponto. A luta do Sinasefe é pela equiparação do tratamento das carreiras, incluindo o professor EBTT. O acordo foi pactuado, mas ainda não houve a alteração da legislação. Formalizamos consulta à Procuradoria sobre outras formas legais do pagamento do adicional noturno e estamos aguardando o retorno para pagar o passivo. Entendemos ser um acordo de greve, uma luta da classe que, embora abarque os técnicos administrativos, não há sinalização de que serão liberados do ponto. Conselheiro Felix Afonso lembrou que colegas recebem insalubridade a partir de um ateste, preenchido pelo servidor. Como o servidor tem fé pública, entende-se que aquela é a quantidade de horas que o servidor fica no laboratório e se paga o adicional de insalubridade. Poderia ser uma alternativa para o adicional noturno. Pró-reitor Ramão Correa explicou que a insalubridade é paga a partir de um parecer dos engenheiros de segurança do trabalho que trabalham na PROGEP. E o servidor informar e atestar também é ponto, é uma forma de controle. O conselheiro discordou, argumentando que engenheiro não vai no câmpus todo dia verificar e quase nenhum câmpus tem engenheiro de segurança. Nesse caso, o ateste poderia ser dado pela chefia imediata ou pelo chefe de ensino do câmpus. Conselheira Maristani Spannenberg lembrou que há um horário com a distribuição da carga horária das disciplinas, com os horários, e as disciplinas são documentos oficiais, registrados no Suap, e além de o professor registrar o cumprimento, tem o aval do coordenador, Depex. Conselheiro Osni Rodrigues pontuou que os câmpus têm coordenação de gestão acadêmica e uma das suas atribuições é exatamente fazer o controle da sala de aula. Então é uma alternativa para o controle, fugindo do registro biométrico do ponto eletrônico. Conselheiro Miguel Dinis propôs que a Progep estude, para apresentar em próxima reunião, a questão da legalidade de utilizar PIT e RIT. Conselheiro Moisés Beck salientou que esses documentos têm base semestral, e o pagamento é mensal. Propôs um sistema de autodeclaração no Suap, onde o servidor registra e a chefia assina. Sobre o ponto dos substitutos, Pró-reitor Ramão Correa explicou que o registro de ponto tem base legal, uma vez serem regidos pela CLT. Ratificado que não se tratou em momento algum de controle do ponto. Foi uma medida emergencial para que se conseguisse pagar o adicional aos colegas; estudando o pagamento dos retroativos, do passivo. Findas as discussões foi encaminhado no sentido de manter a forma atual, com o compromisso de estudos para definição de alternativa que

contemple a solicitação dos servidores, dentro da legalidade. A seguir, foi abordada a solicitação para **CONTRATAÇÃO UNIMED**. Conselheiro Moisés Beck apresentou a proposta de a instituição fazer convênio direto com a operadora de saúde, a exemplo de algumas universidades. Pró-reitor Ramão Correa acolheu a sugestão, salientou que o reitor deveria ser o interlocutor da negociação com as empresas, mas ouvindo o sindicato sobre a situação. Destacou que temos plano de saúde com a Unimed Pelotas pelo sindicato e temos que respeitar esse contrato de quase trinta anos. Sindicato negocia, ano a ano, para que não tenhamos reajustes exorbitantes. Conselheira Luciana Loponte destacou que, em parceria com o Colégio Militar de Porto Alegre, estão trabalhando para implementar um plano de saúde na região metropolitana, porque os sindicalizados da região metropolitana estão fazendo uso do plano nacional da Unimed. Conselheiro Fábio Lemes disse que a saúde do servidor deve ter política institucional e não ficar dependendo da atuação de sindicatos. Presidente encaminhou no sentido de ouvir os colegas que já têm o trabalho estabelecido e, a partir daí, discutir encaminhamentos e definições sobre novas demandas. Sobre a **APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DO GT RAD**, o conselheiro Felix Afonso disse ainda não ter havido encontrado GT. Pró-reitor Marcelo Bender mencionou a dificuldade de conduzir trabalhos em período de férias e disse aguardar a nova portaria do MEC, sem a qual não é possível fazer um trabalho efetivo. Conselheiro Félix Afonso sugeriu que o GT atue na discussão de tópicos que independem da portaria. Na próxima reunião, apresentar documentos a partir das discussões que começarão agora. Conselheiro Maurício Brisolla questionou a forma de apresentação das **MÉDIAS DOS CURSOS INTEGRADOS**, propondo a aplicação de média aritmética. Pró-reitora Fabíola Pereira explicou que na OD do IFSul não há previsão de média entre etapas; Câmara de Ensino alinhou com as chefias de ensino que, até o mês de maio, os câmpus deveriam discutir o capítulo 19 da organização didática do Sul. Se as comunidades manifestarem essa intenção, ela será avaliada por este conselho. O questionamento dos alunos é em relação ao histórico, para que seja feita a média das notas do histórico para não registrar a nota mais baixa. Não havendo na OD previsão de média entre etapas, o sistema é configurado para buscar a menor nota para fins de cálculo do requisito de nota mínima por etapa. No histórico, constam as duas notas, não uma média; se o aluno não atinge a nota mínima por etapa, óbvio que ele vai puxar uma nota menor e dá o conceito de reprovação. Sugerida discussão para que a instituição tenha uma única concepção de avaliação. Conselheiro Rafael Silva lembrou que a OD foi aprovada em 2022, com previsão de revisão em cinco anos, o que não aconteceu ainda. Pró-reitora Fabíola Pereira propôs que, considerando as ponderações realizadas, seja observado o calendário de discussão sobre a organização didática, que seja incluída a demanda feita pelo conselheiro, observando as instâncias que já estão programadas na agenda de debates dos campos para 2026. Conselheira Michele Marchesan entregou à Pró-reitora Fabíola Pereira o documento com as fragilidades verificadas no processo do **VESTIBULAR IFSUL**. Esta disse entender que o processo seletivo é muito mais do que só o vestibular e está sendo mapeado agora, com o envolvimento de muitos setores administrativos da Proen, CRSA, DES, câmpus, Depei, Fundação, Proap. Alguns avanços já foram feitos, outros dependem de recurso. Sobre a data de realização do processo seletivo, foi previsto para o último fim de semana de outubro, dia 25, com possibilidade de antecipar uma semana. Os procedimentos ficarão mais simplificados. Defendeu que o processo seletivo continue sendo responsabilidade da nossa instituição, porque tem muitas peculiaridades e, mesmo reconhecendo as nossas dificuldades, temos capacidade técnica, precisamos nos qualificar e aos nossos servidores. Ratificou seu posicionamento contrário à terceirização do processo seletivo. Sobre o vestibular de inverno, as inscrições serão das 19h horas do dia 13 de abril de 26 até às 19 horas do dia 14 de maio de 26. A prova aplicada no dia 14 de junho e os resultados a partir do dia 7 de julho. Conselheira Cristina Rodrigues sugeriu um edital de convite aos professores para elaboração de provas, também para concursos. Pró-reitora Fabíola Pereira manifestou

preocupação com o nosso plano de oferta de vagas, pois, muitas vezes, quando é enviado aos câmpus para confirmação, vem com alterações, o que causa impacto na nossa matriz e no PPC; pediu que sejam evitadas alterações semestrais. A seguir, tratou da instalação **DE COMISSÃO PARA AVERIGUAR E REPARAR O QUANTITATIVO DE VAGAS NÃO DESTINADAS A COTISTAS RACIAIS NOS CONCURSOS DO IFSUL**. Conselheiro William Nitschke lembrou que a forma dos concursos do IFSul por cursos e áreas, dificulta o ingresso de cotistas. São 30% de vagas de ações afirmativas e nós não temos 30% de servidores contemplados com as ações afirmativas. Presidente informou que o assunto já entrou em pauta do Conif, sendo uma reivindicação de todos os institutos federais, para reparar essa perda histórica. Manifestou preocupação com o concurso que está judicializado e pediu celeridade à procuradoria, para definir o que está trancando judicialmente a área 14. Conselheiro William Nitschke propôs que, no próximo concurso, sejam ofertadas 40% de vagas, para compensar as vagas não atendidas desde o início da lei de cotas. Conselheiro Rodrigo Dias vê o concurso único como o caminho para resolver a situação. Conselheiro Júlio Fortes destacou que o mesmo acontece com os alunos, que a diferença racial é muito grande, que eles entram, mas abandonam o curso ao longo do tempo. Sobre o concurso judicializado, foi esclarecido que a instituição nada pode fazer no momento, uma vez que o MP está ouvindo a manifestação dos candidatos atingidos pela autora da denúncia. Assim, não é morosidade, mas a tramitação de um processo legal correndo, sem que a instituição possa intervir. Os candidatos foram informados da tramitação. Passou a ser tratado o **ACESSO VERTICALIZADO**. No Seminário do Ensino Médio e EJA, o reitor do Maranhão mencionou a questão do acesso permanência e êxito, problemas de acesso, de Sisu, de heteroidentificação; tais problemas geram esgotamento da lista de aprovados; então IFMA instituiu, por resolução, um programa de acesso verticalizado, garantindo uma reserva de vagas para os nossos alunos do ensino médio. A proposta seria criar um GT para avaliar essa possibilidade, como mais uma forma de ingresso e em benefício dos alunos do integrado. Pró-reitora Fabíola Pereira entende que o tema poderá ser incluído nas discussões da organização didática e convidou os conselheiros Miguel Dinis e Matheus Tavares a participarem das discussões do GT. Presidente sugeriu aproximação com outros institutos para aprimoramento. Entrou em discussão o **CadÚnico PARA COTAS DE RENDA NOS PROCESSOS SELETIVOS**. Conselheiro Miguel Dinis relatou estar enfrentando anualmente problemas de prazo para completar vagas; comissões de renda e de heteroidentificação têm prazo exíguo para realizar seus trabalhos. Apresentou sistema adotado pelo IFMG que considera pré-aprovados os candidatos que têm cadastro único; os que não têm são encaminhados para a Prefeitura a fim de o fazerem. Será solicitado Parecer ao Degae, que concentra os assistentes sociais responsáveis. Finalizando, foi tratada a **POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO REMOTA NAS REUNIÕES PRESENCIAIS DO CONSELHO**, solicitada pelo conselheiro William Nitschke. Presidente destacou a importância e a produtividade da reunião presencial, a oportunidade de estar junto aos conselheiros; entende as ponderações feitas pelo conselheiro e buscará um meio termo. Quanto à participação remota, poderá ser aceita em casos específicos, mediante justificativa do conselheiro. Nada mais havendo a tratar, eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente Ata, que após lida e aprovada pelos/as conselheiros/as, será publicizada.